# TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0029/2017

**TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E SECRETARIA DE SAÚDE, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO CATANDUVAS – SC E A EMPRESA FUFA – SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO N° 0020/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2017)**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 2.828 - Centro, Catanduvas - SC, neste ato representado por seu Gestor e Secretário Municipal de Saúde, Almir José Vicentine, doravante denominada CONTRATANTE.

**CONTRATADO: FUFA – SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.164.711/0001-40, com sede na Rua Joaquim Nabuco, nº 1.595, Capoeiras, Florianópolis – SC, CEP: 88090-060, doravante denominada CONTRATADO.

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

**1.1** A CONTRATADA fornecerá materiais de enfermagem visando o desenvolvimento das atividades do Hospital Municipal e Secretaria de Saúde, tudo conforme o edital de Processo Licitatório n° 0020/2017, como se aqui estivesse impresso, tal como segue:

**Secretaria de Saúde**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Marca | Preço Unit. | Preço Total |
| 45 | 300,00 | CX | Tira de teste glicose com reagente para determinação glicemia, mensuração de glicose no sangue (entre 10 a 600 mg/dl) a que aceite amostra capilar, venosa e neonatal, que aceite apenas mg/dl como unidade de medida, sendo possível a sua leitura em torno de 15 segundos, princípio medição fotometria em equipamento específico. Deve constar de ficha técnica do produto, constando externamente dados de identificação, validade e procedência e registro na ANVISA, respeitando a legislação atual vigente. A Empresa vencedora deverá fornecer em termo de comodado os aparelhos para leitura das tiras. Caixas com 50 tiras. | Accu-Chek Active | 29,00 | 8.700,00 |
| 143 | 10.000,00 | UN | LANCETAS PARA TESTE DE HGT-lancetador estéril descartável para coleta sangue capilar por punção digital(diâmetro agulha 0,36mm 28G) protusão 1,5 mm, com invólucro protetor de plástico atendendo as normas reguladoras NR32 e ISO13475 | Accu-Chek Safe-T-Pro | 0,36 | 3.600,00 |
| **Total** | | | | | | 12.300,00 |

**Hospital Municipal**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Marca | Preço Unit. | Preço Total |
| 160 | 20,00 | CX | Lancetas teste HGT c/ 200 un | Accu-Chek Safe-T-Pro | 59,00 | 1.180,00 |
| 213 | 50,00 | CX | FITA HGT C/ 50 TIRAS | Accu-Chek Active | 29,00 | 1.450,00 |
| 219 | 2,00 | UN | Aparelho HGT | Accu-Chek Active | 29,90 | 59,80 |
| **Total** | | | | | | 2.689,80 |

**1.1.1** Os medicamentos, materiais, insumos e equipamentos hospitalares deverão atender aos padrões de qualidade exigidos no objeto, além disso, os medicamentos deverão:

a) Possuir registro no Ministério da Saúde (ANVISA) ou comprovação de isenção.

b) Possuir prazo de validade correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da validade, contado a partir da data de recebimento do medicamento pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

c) Estar em conformidade com as normas da ABNT, INMETRO, Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090, de 1990) e legislação sanitária;

d) No prazo de validade e com qualidade para que possam ser utilizados (Lei nº 8.090/90), sendo que aqueles considerados inadequados serão devolvidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo na aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

**1.1.2** Entende-se por inadequado aquele que apresentar:

a) Inferior qualidade, fora das especificações exigidas, fora do prazo de validade exigido, com embalagens defeituosas, sem o lote de fabricação especificado no rótulo, conforme a legislação;

b) Diferente da proposta apresentada na fase licitatória; e

c) Ausência do lote, validade e demais exigências legais pertinentes nas embalagens respectivas.

**1.1.3** Quanto às especificações técnicas exigidas, serão verificados no recebimento, os requisitos seguintes:

a) Especificações dos produtos – os medicamentos devem ser entregues em conformidade com a especificação do edital: nome genérico (quando cabível), forma farmacêutica, concentração, apresentação, condições de conservação e inviolabilidade;

b) Certificado de análise de controle da qualidade – todo produto deve estar acompanhado do certificado de análise do lote entregue;

c) Embalagem e rotulagem - Os produtos devem ser apresentados em suas embalagens habituais de venda, com bula, não apresentar sinais de violação, aderência ao produto, umidade, mancha e inadequação em relação ao conteúdo;

d) Lote/validade – O número do lote do produto recebido e data de validade devem ser os mesmos constantes da Nota Fiscal. O prazo de validade deve estar de acordo com o prazo mínimo especificado em edital, no ato da entrega;

e) No caso de produtos injetáveis apresentados na forma de pó ou liofilizados, o valor unitário do produto deve incluir diluente correspondente necessário para sua aplicação.

**1.1.4**  O objeto ora contratado poderá ser alterado para mais ou para menos, de acordo com a necessidade de atendimento da demanda durante a vigência do contrato, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93.

**1.1.5** Não caberá à CONTRATADA qualquer direito de caráter indenizatório pelas quantidades não adquiridas pelo CONTRATANTE.

##### CLÁUSULA II – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

**2.1** Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos produtos descritos no objeto do presente contrato com validade, qualidade e sem qualquer custo direto ou indireto adicional relativo a transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações ou qualquer outro que for necessário ao cumprimento do objeto ora contratado.

**2.2** Responder por quaisquer danos que possam ocorrer oriundos da execução do fornecimento dos produtos ora contratados, independentemente se em face do CONTRATANTE ou de terceiros eventualmente envolvidos.

**2.3** Os produtos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, em conformidade com o edital de licitação e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que aqueles considerados inadequados não serão aceitos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

**2.4**. A Contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

**2.5** Eventuais danos e prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, que tenham sido causados comprovadamente por defeito ou má qualidade dos produtos fornecidos, ensejarão a responsabilização da Contratada.

**2.6** Entende-se por produto inadequado aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, e diferentes do exigido e ofertado.

**2.7** Poderão acorrer análises, desde que haja suspeita de defeitos ou inexecução parcial, acarretando o cancelamento do contrato, sem prejuízo nas penalidades previstas no Edital.

**CLÁUSULA III – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E/OU DA FORMA DE FORNECIMENTO**

**3.1** – A licitante vencedora deverá fornecer os materiais deste contrato em conformidade com as normas técnicas e especificações constantes na Autorização de Fornecimento.

**3.2** – Os materiais deste termo após serem empenhados e após o recebimento das Autorizações de Fornecimento, deverão ser entregues nolocal indicado pela Contratante, devidamente acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica quando for o caso.

**3.3** O prazo para entrega dos materiais, será imediato a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, e/ou conforme solicitação da secretaria solicitante sob pena de aplicação das normas implícitas nas Leis 8.666/93.

**3.4** O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato serão realizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA IV – DAS OBRIGAÇÕES**

**4.1** DA CONTRATADA

**4.1.1** Dispor dos materiais, objeto do presente termo de contrato, conforme solicitação do Contratante.

**4.1.2** Promover todas as ações para a boa execução e eficiência no fornecimento dos produtos, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais, regulamentares e normativas.

**4.1.3** Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei n° 8.6666, de 1993.

**4.1.4** Fornecer o produto apenas se houver prévia Autorização e/ou Solicitação por parte da autoridade competente, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do suposto débito, bem como de que estará sujeito às penas da Lei.

**4.2** A CONTRATADA fica ainda obrigada a executar o objeto do presente contrato diretamente, não podendo subcontratar em hipótese alguma, sem a anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão a qualquer tempo.

**4.3** A CONTRATADA tem sob sua responsabilidade todas as despesas funcionais e operacionais necessárias ao cumprimento do objeto ora contratado.

**4.4** A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato, com fulcro no art. 71 da Lei 8.666/93.

**4.5** No caso de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante a execução do contrato, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela Contratada.

**4.6** DO CONTRATANTE

**4.6.1** Emitir as autorizações de fornecimento para que possa ser dado início à prestação dos serviços;

**4.6.2** Efetuar o pagamento conforme definido no ato convocatório, mediante prévia apresentação da Nota Fiscal e da competente autorização de fornecimento, e demais exigências do presente instrumento.

**4.6.3** Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços ora contratados orientando, coordenando e sugerindo sobre a perfeita execução do presente contrato;

**4.7** Realizar a despesa apenas se confirmado anteriormente a disponibilidade de dotação orçamentária para tal, com fulcro no caput do art. 60[[1]](#footnote-1) da Lei 4.320/1964.

**CLÁUSULA V – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

**5.1** O valor global do presente contrato poderá perfazer a importância de R$ 14.989,80 (quatorze mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos ).

**5.2** Os pagamentos e a prestação dos serviços deverão obedecer ao seguinte:

**5.2.1** O Município de Catanduvas – SC efetuará o pagamento a partir do 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente ao do fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, quando for o caso, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5° da Lei n.° 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal n°. 01/2011.

5.2.1.1 Não será aceito boleto e todas as notas fiscais devem conter o nome do Banco, a Agência e o numero da conta para depósito.

**5.2.2** **A Nota Fiscal** ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao **Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas, Rua Duque de Caxias, nº 2.828 – Centro, Catanduvas - SC, CNPJ nº 10.391.817/0001-91,** e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do Processo Licitatório.

**5.3** Nos termos do art. 65, § 1º da Lei n.° 8.666/93, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**5.4** Não cabe a CONTRATADA qualquer direito de caráter indenizatório pelas quantidades não adquiridas pela CONTRATANTE.

**5.5.** O valor do contrato somente poderá sofrer reajustes após o transcurso do prazo de um ano de vigência deste, mediante requerimento da contratada acompanhado dos devidos meios probantes das alterações inflacionárias ocorridas no período. Neste caso, utilizar-se-á como base para o reajuste o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

**5.6** A revisão contratual prevista no art. 65, inc. II, alínea d, da lei 8666/93 poderá ser intentada a qualquer tempo pela contratada objetivando o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, mediante requerimento acompanhado dos devidos meios probantes.

**5.7** Em casos de reajustes e/ou revisão, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal apresentando:

a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

b) Certidão Negativa de Débitos – CND (emitida pela Previdência Social);

c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

f)Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

**5.8.** Os reajustes e/ou revisão, quando admitido, somente será aplicado após a celebração de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

**5.9.** É facultado ao CONTRATANTE aplicar percentual de aumento inferior ao verificado através do cálculo das planilhas de custo.

**5.10** É obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.11** As notas fiscais deverão ser emitidas no mês em que ocorrer o fornecimento, pelo preço conforme constar na proposta e no consequente termo de contrato..

**CLÁUSULA VI – DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** As despesas para cobertura e empenhamento dos serviços ora contratados correrão por conta do orçamento do Município de Catanduvas – SC para o exercício de 2017, através da seguinte rubrica contábil:

2.089.3390.00 - 102 - 10/2017 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

2.091.3390.00 - 102 - 14/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE

**CLÁUSULA VII – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**7.1** A inexecução total ou parcial enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, de acordo com o art. 77, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

**7.2** O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, amigavelmente ou judicialmente nos termos dos artigos 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores, e conforme previsto no edital de licitação.

**7.3** O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;

b) Cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;

c) Lentidão de seu cumprimento;

d) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

**CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES**

**8.1** Pelos motivos e condições previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a CONTRATADA estará sujeita, são as seguintes:

**8.1.1** Advertência, para descumprimentos contratuais previstos no edital e neste contrato, ambos de natureza leve ou não reincidentes, a juízo da entidade CONTRATANTE;

**8.1.2** Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo contratual.

**8.1.3** Multa diária, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do fornecimento do “PEDIDO” em atraso na entrega, ainda que por razões de não aceitação ou cumprimento parcial, até o limite de atraso de 10 (dez) dias corridos, quando acarretará a rescisão automática, salvo se o Contratante, por interesse administrativo, decidir por concessão de novo prazo, sem prejuízo nas penalidades contratuais;

**8.1.4** Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos serviços contemplados à CONTRATADA, constantes do Contrato, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993;

**8.1.5** Multas variáveis entre 0,01% (um centésimo por cento) a 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do fornecimento do pedido ou termo contratual equivalente caso a CONTRATADA:

a) Entregar os serviços fora das especificações exigidas e das normas legais;

b) Desrespeitar quaisquer das demais obrigações contratuais, previstas nesta contratação e no edital licitatório de origem.

**8.1.6** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da CONTRATADA em assinar o Termo de Contrato, quando cabível, ou retirar a autorização de fornecimento, dentro do prazo estabelecido;

**8.1.6.1** Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a CONTRATADA que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a autorização de fornecimento pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, solicitados, deste contrato.

**8.1.7** Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do serviço a ser entregue, pela entrega em desconformidade com as condições desta contratação independentemente da obrigação de repô-lo.

**8.2** A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da(s) fatura(s), se for (em) apresentada(s) após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da CONTRATADA, se a fatura for insuficiente.

**8.3** No caso de cobrança de multa diretamente da CONTRATADA, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida prévia defesa.

**8.4** A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que a entidade contratante, adote as medidas judiciais cabíveis.

**8.5.** Suspensão temporária de participar em licitações e contratar com o Município de Catanduvas – SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**8.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, observados os dispositivos legais.

**8.7** As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e indireta, poderão ser aplicadas á licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no contrato.

**8.7.1** A aplicação de quaisquer destas sanções, será publicada no Diário oficial do Município.

**8.8** A CONTRATADA poderá, ainda, sujeitar-se às sanções deste contrato caso:

**8.8.1** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos.

**8.8.2** Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

**8.8.3** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados.

**8.9.** Poderá a CONTRATADA, a juízo do Contratante, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente documento.

**8.10** No caso de rescisão contratual cessarão automaticamente todas as atividades relativas à Contratada.

**8.11** Caso o Município não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**8.12** A Contratada reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n° 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

### CLÁUSULA IX – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**9.1** Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando suspensa à mesma, até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA X – DA PUBLICIDADE**

**10.1** O extrato do presente contrato será publicado na Imprensa Oficial do Município de Catanduvas – SC e no mural municipal de divulgações junto à Prefeitura.

**CLÁUSULA XI – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**11.1** Este Contrato tem vigência da data de homologação até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**11.2** Para a contagem de prazos observar-se-á o disposto no art. 110 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA XII – DA GARANTIA**

**12.1**. O CONTRATADO deverá arcar com a garantia dos produtos, com reposição dos mesmos, se necessário, sem ônus a municipalidade, bem como responsabilidade do Distribuidor e da Indústria, por problemas de qualidade e origem dos itens licitados no prazo de garantia e validade, danos e prejuízos a Administração ou terceiros.

**12.2**. A contratante reserva-se o direito de efetuar a mais ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e medicamentos contratados, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, bem como as questões de segurança na entrega do produto, não se excluindo a contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

**12.3**. O Município de Catanduvas - SC reserva-se o direito de exigir, a qualquer momento, que o licitante vencedor execute teste de qualidade do produto fornecido.

**12.4** Possuir prazo de validade correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da validade, contado a partir da data de recebimento do medicamento pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

**12.5** No prazo de validade e com qualidade para que possam ser utilizados (Lei nº 8.090/90), sendo que aqueles considerados inadequados serão devolvidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo na aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

**CLÁUSULA XIII – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**13.1** Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através do termo aditivo, numerado em ordem crescente.

### CLÁUSULA XIV – DO FORO

**14.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas – SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1** Fica a CONTRATADA ciente que a assinatura deste termo de contrato implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta contratação e de seu edital de origem.

**15.2** E por estarem ambas as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo conhecimento tiveram, sendo uma das vias arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Catanduvas – SC, conforme dispõe o art. 60 da Lei n.º 8.666/93.

# Catanduvas – SC, 02 de março de 2017.

##### FUFA – SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

##### CONTRATADA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

## ALMIR JOSÉ VICENTINE

## Contratante

Testemunhas:

Nome:

RG:

Francisco Barbosa

OAB/3413

Assessor Jurídico

Nome:

RG:

1. Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. [...]. (BRASIL, 1964). [↑](#footnote-ref-1)